

**DEFESA NACIONAL E AMBIENTE****Gabinetes do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado da Defesa Nacional****Portaria n.º 235/2017**

O prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa com o n.º 667/19900430 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ferragudo sob o artigo n.º 1065, composto por três frações (A, B e C), sito na Rua Vasco da Gama, freguesia de Ferragudo, concelho de Lagoa, encontra-se atualmente inscrito a favor de José Manuel Sequeira Palmeira que, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada e republicada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, veio requerer a delimitação do domínio público hídrico na confrontação com esse prédio, conforme processo que corre termos na Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., sob o n.º DLPC.DOV.00001.2017.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, importa proceder à nomeação da comissão de delimitação.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação, e alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, e ao abrigo das competências delegadas pelo Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho n.º 971/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, o seguinte:

## Artigo 1.º

**Constituição da comissão de delimitação**

É constituída a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio urbano composto por três frações (A, B e C), sito na Rua Vasco da Gama, freguesia de Ferragudo, concelho de Lagoa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa com o n.º 667/19900430, com a seguinte composição:

- Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que preside;
- Um representante do Ministério da Defesa Nacional;
- Um representante dos requerentes.

## Artigo 2.º

**Auto de delimitação**

1 — O auto de delimitação que vier a ser elaborado pela comissão de delimitação obedece ao disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

2 — O auto de delimitação a que se refere o número anterior e a planta de delimitação a ele anexa são remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para prosseguimento do processo, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

13 de julho de 2017. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*. — 20 de julho de 2017. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

310718263

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Secretaria-Geral****Despacho (extrato) n.º 7246/2017**

Por despacho de 20.07.2017, do Secretário de Estado da Administração Interna, no uso de competência delegada, por Despacho n.º 181/2016, publicado no DR n.º 4, 2.ª série de 07 de janeiro, da Ministra da Administração Interna, foi subdelegado nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código da Contratação Pública, no Secretário-Geral da Administração Interna, Dr. Carlos Manuel Silvério da Palma, a competência para a prática dos atos restantes a realizar, com exceção da adjudicação, no âmbito do proc. n.º 35/DSUMC/2017 — Aquisição

de computadores de secretária e portáteis para GNR e PSP, ao abrigo da LPIEFSS.

26.07.2017 — O Secretário-Geral, *Carlos Manuel Silvério da Palma*.

310675739

**Despacho (extrato) n.º 7247/2017**

Por despacho de 15.11.2016, da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Dra. Maria Isabel Solnado Porto Oneto, no uso de competência delegada, por Despacho n.º 180/2016, publicado no DR n.º 4, 2.ª série de 07 de janeiro da Ministra da Administração Interna, foi subdelegado, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código da Contratação Pública, no Secretário-Geral da Administração Interna, Dr. Carlos Manuel Silvério da Palma, a competência para a prática de todos os atos atribuídos ao órgão competente para a decisão de contratar e no Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana a competência para a outorga do contrato e demais atos relativos à execução contratual, no âmbito do procedimento de contratação pública de aquisição de palha para os solípedes da Guarda Nacional Republicana para o triénio de 2017 a 2019.

27 de julho de 2017. — O Secretário-Geral, *Carlos Manuel Silvério da Palma*.

310675771

**JUSTIÇA****Direção-Geral da Administração da Justiça****Aviso (extrato) n.º 9470/2017**

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 07.04.2017, foi designado em regime de substituição, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Administração de Recursos Humanos, da Direção-Geral da Administração da Justiça o Licenciado Álvaro Leonel Rosa da Silva Pinto, técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, ao abrigo do n.º 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada.

O despacho produz efeitos a 16 de fevereiro de 2017, tendo a substituição cessado em 30 de abril de 2017.

O despacho de designação fundamentou-se no facto do designado possuir perfil para assegurar transitoriamente a prossecução das atribuições e objetivos da unidade orgânica em causa, conforme evidenciado na nota curricular anexa.

25 de julho de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

**Nota Curricular**

I — Identificação:

Nome: Álvaro Leonel Rosa da Silva Pinto  
Data de Nascimento: 02.10.1967  
Nacionalidade: Portuguesa

II — Formação académica:

2015 — Curso de Técnico Superior de Segurança no Trabalho, Nível VI.  
2011 — FORGEP — Formação em Gestão Pública para Dirigentes da Administração Pública.  
2009 — Pós-graduação em Direito e Prática da Contratação Pública.  
2003/2004 — Pós-graduação em Gestão de Entidades Públicas e Autárquicas.  
1992 — Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa/Porto.

III — Experiência Profissional:

Exerceu entre 01.10.2009 e 15.02.2017 as funções de Chefe de Divisão da Divisão de Apoio Geral da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Exerceu entre 2002 e 2007 as funções de Chefe de Divisão da Divisão de Apoio à Gestão da Direção-Geral de Reinserção Social.

Exerceu entre 1997 e 2002 as funções de Coordenador de Equipa de Reinserção Social no Centro Educativo de Santa Clara.

É Técnico Superior de Reinserção Social, desde dezembro de 1994.